

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL NO CONTEÚDO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS CURSOS INTEGRADOS DO IFAC

CONTRIBUTIONS OF EDUCATIONAL SOCIOLINGUISTICS IN THE CONTENT OF LANGUAGE VARIATION IN IFAC INTEGRATED COURSES

Raimundo Nonato da Silva Júnior¹, Charlys Roweder²
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC
Email: raimundo.junior@ifac.edu.br, charlys.roweder@ifac.edu.br

Artigo submetido em 04/2021 e aceito em 06/2021

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo trazer à tona contribuições que uma abordagem amparada na Sociolinguística Educacional pode viabilizar um ensino com aulas mais atrativas e proporcionar aos alunos uma visão mais macro, plural e democrática em relação a disciplina de Língua Portuguesa e abrir mais espaço para o conteúdo de variação linguística nos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC, como também, uma proposta metodológica para uma possível aplicação desses pressupostos através da Sequência Didática Interativa. Já em relação à metodologia, a abordagem será qualitativa, quanto ao procedimento será bibliográfico de natureza básica e objetivo exploratório. O aporte teórico desse trabalho terá amparo na Sociolinguística Variacionista de Labov (2018) e na corrente brasileira conhecida como Sociolinguística Educacional de Bortoni-Ricardo (2018, 2019a, 2019b) e Bagno (2007, 2020).

Palavras-chave: Preconceito Linguístico. Sociolinguística Educacional. Sequência Didática Interativa.

Abstract

The present work aims to bring to light contributions that an approach supported by Educational Sociolinguistics can enable teaching with more attractive classes and provide students with a more macro, plural and democratic view of the Portuguese language discipline and open up more space for the linguistic

variation content in the integrated courses of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre-IFAC, as well as a methodological proposal for a possible application of these assumptions through the Interactive Didactic Sequence. As for the methodology, the approach will be qualitative, as the procedure will be bibliographical of a basic nature and exploratory objective. The theoretical contribution of this work will be supported by Labov's Variationist Sociolinguistics (2018) and by the Brazilian current known as Educational Sociolinguistics by Bortoni-Ricardo (2018, 2019a, 2019b) and Bagno (2007, 2020).

Keywords: Linguistic prejudice. Educational Sociolinguistics. Interactive Didactic Sequence.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa ainda enfrenta inúmeros problemas de ensino e aprendizagem, temos uma tradição de ensino dessa disciplina muito voltado para a nomenclatura, ou seja, muito atrelado a gramática normativa, o qual já vem sendo há muito tempo questionada por vários linguistas sobre o pouco resultado no desenvolvimento de leitura e escrita dos alunos. Por outro lado, temos um conteúdo magnífico e pouco explorado chamado variação linguística, o qual dependendo da abordagem do professor pode se transformar num rico material de pesquisa para os alunos e proporcionar uma visão mais macro, plural e democrática em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

A falta de um trabalho mais voltado a variação linguística vem acarretando no ensino uma acentuada desvalorização da carga linguística que os alunos trazem ao chegar à instituição e a confusão criada entre gramática normativa e Língua Portuguesa, a qual muitas vezes são tidas como sinônimos.

Nos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre-IFAC, principalmente nos campi do interior, recebemos alunos de uma condição social baixa, os quais chegam à instituição com problemas de leitura e escrita e com baixa autoestima em relação à disciplina de Língua Portuguesa.

Já em relação à oralidade, muitos têm vergonha de se expressar, principalmente quando é solicitado pelos docentes, apresentação de seminários

ou outras atividades correlacionadas a esse gênero de avaliação. Assim, se o docente nas primeiras aulas, começa a trabalhar exclusivamente com gramática normativa e conceitos de certo e errado, poderá acarretar um choque nesses alunos e gerar automaticamente uma desvalorização da bagagem linguística que esse aluno traz, a qual é tida na maioria das vezes como inferior, atrasada e insuficiente.

Dessa forma, a variação linguística apresentada pelos alunos pode se transformar, dependendo da abordagem do professor, em um material riquíssimo para o início de um trabalho na disciplina de Língua Portuguesa ou em um material que proporcione preconceitos e estigmatização.

O aporte teórico desse trabalho terá amparo na Sociolinguística Variacionista de Labov (2018) e na corrente brasileira conhecida como Sociolinguística Educacional de Bortoni-Ricardo (2018, 2019a, 2019b) e (BAGNO, 2007, 2020).

Estaremos sempre fazendo referência à gramática normativa, muitas das vezes, com um tom bastante crítico, mas de forma alguma pregando a exclusão do ensino de gramática nas aulas de Língua Portuguesa.

Outro fator que se faz necessário esclarecer é em relação à nomenclatura relacionada a variante de prestígio, a qual a gramática normativa tenta descrever, preferimos chamar essa variante de norma padrão e não de língua culta devido às inconsistências e contradições desse último termo.

A Sociolinguística revela que toda língua apresenta variações e que estas são motivadas por aspectos tanto linguísticos quanto sociais. Um dos principais objetivos da pesquisa sociolinguística é compreender que fatores motivam a variação linguística e qual a relevância desses fatores para o desencadeamento da mudança que está em curso, ou seja, o fator social tem que ser levado em conta no ensino de língua, principalmente num país com uma desigualdade social imensa como o nosso.

Há um conteúdo magnífico e pouco explorado tanto pelos docentes, como também nos livros didáticos, chamado variação linguística, a qual sempre foi colocado em segundo plano no ensino de Língua Portuguesa e muitas das vezes sendo motivo de piadas e estigmatização. A Sociolinguística pode proporcionar

uma maneira mais fácil de compreender a língua, utilizando como objeto de estudo as várias possibilidades de realizações de um idioma.

Dentro desse contexto, a Sociolinguística Educacional vem desconstruindo dogmas, contrariando práticas tradicionais de ensino de Língua Portuguesa e quebrando paradigmas, primando sempre, por uma visão macro de língua (variação linguística) em detrimento do micro (gramática normativa) e consequentemente motivando o aluno para uma aprendizagem crítica e significativa.

2 METODOLOGIA

Em relação a abordagem da pesquisa será qualitativa, a qual está em convergência com a proposta desse trabalho apresentado na introdução. Gerhardt e Silveira (2009) nos trazem importante esclarecimento:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32)

Corroborando com esse entendimento Marconi e Lakatos (2019) “a pesquisa qualitativa objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focalizar sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem”. (MARCONI; LAKATOS, 2019, p.300).

Todas as duas citações acima são bastante esclarecedoras em relação a ação do pesquisador que se utiliza da abordagem qualitativa, (GIL, 2019b) fazendo uma diferença entre abordagem qualitativa e quantitativa finda nos mostrando que a abordagem qualitativa está totalmente alinhada com os objetivos deste trabalho:

A pesquisa quantitativa tem como fundamentos os pressupostos da abordagem positivista, que admite a existência de uma única realidade objetiva. Já a pesquisa qualitativa, embora decorrente de múltiplas tradições, baseia-se no pressuposto de que a realidade pode ser vista sob múltiplas perspectivas (GIL, 20019b, p.176).

Dessa forma, assim como a Sociolinguística procura desenvolver o ensino de Língua mais macro (variação linguística) em detrimento do micro (gramática normativa), percebe-se que tanto a abordagem qualitativa como a Sociolinguística buscam um olhar mais plural em relação ao objeto de estudo.

Em relação ao procedimento faremos uso de revisão bibliográfica “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados: livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”. (GIL, 2019a, p. 28).

No tocante a natureza da pesquisa deste trabalho é básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34).

Já em relação aos objetivos da pesquisa serão de caráter exploratórios. Segundo Gil (2019a): “a pesquisa exploratória tem por propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado”. (GIL, 2019, p.26).

Dessa forma, a pesquisa exploratória tem estreita relação com a pesquisa qualitativa adotada neste trabalho, ambas têm como características a flexibilidade, a familiaridade do pesquisador com o problema e a pluralidade na investigação. Outra característica da pesquisa exploratória é preencher lacunas que costumam aparecer em um estudo, no caso deste trabalho, como já mencionado, busca uma melhora no ensino de Língua Portuguesa, no conteúdo de variação linguística, à luz da Sociolinguística Educacional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 BREVE HISTÓRICO DA SOCIOLINGUÍSTICA

Língua e sociedade são termos inerentes, haja vista também que a primeira é um bem cultural de uma nação, nesse sentido, há sempre estratificações sociais que dividem a sociedade geralmente em classe baixa, média e alta, conseqüentemente dentro dessa divisão tripartida existem diferenças de oportunidades de estudo e também da qualidade do ensino recebido por essas três classes sociais. Não é objetivo aqui fazer um estudo detalhado dessas classes, mas propor uma análise da importância no ensino de língua materna de um olhar mais atento para o público que vai estar em sala de aula nos cursos integrados do IFAC e principalmente valorizar a carga linguística que as classes menos abastadas dos alunos trazem.

Antes de abordarmos o nascimento da Sociolinguística precisamos fazer algumas considerações sobre o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). Considerado o pai da linguística moderna e o divisor de águas nos estudos linguísticos, pois até então os ensinamentos da linguística se apresentavam muito difusos e sem um objeto de estudo definido. Saussure definiu objeto de estudo da linguística, onde o mesmo faz uma dicotomia entre língua e fala, optando por colocar a língua no centro dos estudos linguísticos, fato comprovado no Curso de Linguística Geral publicado em 1916. Logo após a publicação do curso de Linguística Geral nasceu a corrente linguística conhecida com o nome de estruturalismo baseada nos ensinamentos de Saussure, considerado nos estudos da linguística como o fundador dessa corrente. Outro fato de extrema relevância que Saussure nos deixou foi dar o status de ciência à linguística.

O estruturalismo se caracteriza por fazer um estudo da língua sem levar em consideração fatores externos que possam influenciar na variação linguística, ou seja, somente tem preocupação de estudar a língua como sistema fechado, preocupando-se exclusivamente com os níveis de organização

fonológico, morfológico, sintático e semântico, dessa forma, deixa de lado todos os fatores externos que influencia uma língua viva.

A partir da década de 1960, as ideias estruturalistas que contribuíram muito para a supervalorização das regras gramaticais e conseqüentemente desvalorização das variações linguísticas foram cedendo espaço aos estudos da linguagem voltados para uma concepção de língua como fato social, nascendo então a Sociolinguística.

Bortoni-Ricardo (2019b) alerta que antes do nascimento da sociolinguística variacionista norte americana, já havia pensadores que levavam em conta o contexto sociocultural e a comunidade de fala em suas pesquisas, a autora cita, como exemplos, grandes nomes dentro do ensino da linguagem: Meillet (1866-1936), Bakhtin (1895-1975) e membros do Círculo Linguístico de Praga, os quais já desenvolviam em seus trabalhos teorias de natureza sociolinguística, entretanto nenhum deles trazia em seus trabalhos o termo Sociolinguística.

Dentro desse contexto não poderíamos deixar de citar uma figura basilar no nascimento da Sociolinguística, William Labov (2018), linguista norte americano, o qual explana que objeto de estudo da Sociolinguística é a evolução da linguagem no meio do contexto social da comunidade linguística. É William Labov quem inaugura os estudos desta nova disciplina em 1963, quando analisa o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts (EUA).

Após esta pesquisa, várias outras surgiram: como a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova York (1966); a língua do gueto, entre outros. É a partir dos estudos labovianos que surge a corrente denominada linguística variacionista, a qual serviu para influenciar a corrente que hoje se destaca como Sociolinguística Educacional, essa última, vem cada vez mais ganhando espaço e credibilidade dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

3.2 CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL NO CONTEÚDO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A Sociolinguística dentro dessa relação de língua e sociedade pode contribuir muito no ensino da Língua Portuguesa, pois vai fazer tanto o docente como os discentes refletirem na interferência causadas por fatores sociais, como identidade, raça, classe social e histórica nos discursos dos alunos, conseqüentemente contribui com a interdisciplinaridade com os componentes curricular de Sociologia, História, Geografia e Filosofia.

Nesta sessão, além de colocarmos as contribuições da Sociolinguística Educacional, faremos também, questionamentos sobre determinadas práticas nas aulas de Língua Portuguesa, desmistificando mitos e quebrando paradigmas, sempre embasados em autores de renome dentro da área da Sociolinguística Educacional.

Corroborando com esse entendimento Bortoni-Ricardo (2020) relata que o estudo e o conhecimento advindo da corrente Sociolinguística Educacional pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino da Língua Portuguesa, porque trabalha sobre a realidade linguística dos usuários dessa língua, levando em conta além dos fatores internos à língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) também os fatores de ordem externa à língua (sexo, etnia, faixa etária, origem geográfica, situação econômica, escolaridade, história, cultura, entre outros).

Há uma concepção entre os alunos, ou pelo menos, na maioria das vezes, terem a gramática normativa como sinônimo de Língua Portuguesa, apesar de termos inúmeros trabalhos já publicados a respeito do tema, ainda estar muito presente no ensino dessa disciplina essa forma de os alunos enxergarem a língua. Há também pouco trabalho por parte dos docentes em desmistificar esse ponto. A gramática é um componente constitutivo da língua, melhor dizendo, um dos componentes, além de outros igualmente determinantes. Não representa, portanto, a totalidade da língua.

A língua é um enorme iceberg flutuante no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível

dela, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem o seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua – afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. (BAGNO, 2007, p.10)

Fica claro na citação acima que a gramática normativa não representa a totalidade da língua, não podendo, dessa forma, ser sinônimo de Língua Portuguesa dentro das aulas dessa disciplina.

Dependendo da concepção de ensino de gramática exposta pelo professor, corremos o risco de estarmos propagando a redução da Língua Portuguesa a uma única variedade socialmente prestigiada, no caso em questão a gramática normativa, deixando de lado toda uma variedade de fenômenos linguísticos que poderiam ser trabalhados dentro da sala de aula, ou seja, saindo de um ensino extremamente prescritivista e normatizado para uma abordagem que incentiva a pesquisa entre os alunos para entender a língua em sentido macro.

Excelente exemplo nos traz Bagno (2007) sobre a diferença entre língua e gramática normativa de forma bem simples e objetiva, na qual o autor faz uma comparação entre a água de um igapó e as águas de um rio para exemplificar essa diferença:

Igapó é um trecho de mata inundada, uma grande poça de água estagnada às margens de um rio, sobretudo depois da cheia. Parece-me uma boa imagem para a gramática normativa. Enquanto a língua é um rio, caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio/língua, por estar em movimentação, se renova incessantemente (BAGNO, 2007, p. 10).

Nesse sentido, vale ressaltar que a nossa gramática normativa foi inspirada na gramática portuguesa e até os dias atuais vem trazendo casos de usos arcaicos e que não se adequam a realidade prática de uso da língua, como por exemplo, na regras de colocação pronominais especificamente na mesóclise, a qual praticamente nenhum brasileiro fala e muito menos escreve usando pronome oblíquos no meio do verbo como nas expressões seguintes:

convidar-me-ão para a solenidade de posse da nova diretoria ou convidar-te-ia para viajar comigo para a Europa, ou seja, nossa gramática normativa está estagnada igual ao igapó citado por Marcos Bagno acima, fora isso, ainda temos as inúmeras regras que praticamente não tem nenhuma aplicabilidade nos dias atuais.

Bortoni-Ricardo (2020) relata que pesquisas fundamentadas na Sociolinguística Educacional mostram que é possível desenvolver práticas de linguagem significativas, no sentido de incluir alunos oriundo das classes sociais menos favorecidas, fazendo com que esses alunos deixem de se sentir estrangeiros em relação à língua utilizada pela escola e com isso consigam participar de forma satisfatória das práticas sociais que demandam conhecimentos linguísticos diversos.

Fato que me chamou muita atenção no entendimento da autora foi: práticas de linguagem significativas. A Sociolinguística provoca essa reflexão em relação ao que vale mesmo a pena ser trabalhado em sala de aula, por outro lado, precisa-se urgentemente de uma revisão geral em relação a gramática normativa e retirar regras insignificantes e arcaicas que não vão contribuir nem na escrita e nem na oralidade dos nossos alunos. A gramática tem seu lugar sim no ensino de Língua Portuguesa, mas esse lugar tem que ser revisto para não continuarmos perpetuando em nossos alunos que gramática normativa e Língua Portuguesa são sinônimos.

Outra questão crucial em relação ao ensino de língua materna é termos nas aulas uma concepção mais democrática e valorativa da carga linguística que os alunos trazem do seu convívio social, antes de ingressarem no ensino médio integrado do IFAC, na maioria das vezes, essa carga linguística por não atender aos preceitos da gramática normativa é estigmatizada principalmente pelos alunos que chegam com uma base melhor de leitura e escrita.

Nas duas últimas décadas, os educadores brasileiros, com destaque especial para os linguistas – seguindo uma corrente que nasceu da polêmica entre a postura que considera “erro” uma deficiência do aluno e a postura que vê os chamados “erros” como uma situação de diferença entre as duas variedades – têm feito um trabalho importante, mostrando que é pedagogicamente incorreto usar a

incidência do erro do educando como uma oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e da escola, e mostra aos professores como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças (BORTONI-RICARDO, 2018, p.37 e 38).

Neste caso, podemos trazer isso para o ensino de Língua Portuguesa, onde temos que ter muito cuidado para não inviabilizarmos um ensino mais plural e diversificado de língua, primando sempre pelos aspectos macros da língua (variações linguísticas) em detrimentos dos aspectos micros (gramática normativa).

A escola não pode discriminar o estudante pelo seu jeito de se comunicar. Pois, essa maneira de falar representa muito mais que um processo comunicativo, pois é a identidade do falante. Nela é possível perceber de onde vem este falante, a que classe social pertence, que cultura possui, esse olhar social faz toda a diferença no ensino dessa disciplina.

Não estamos em nenhum momento, nesse trabalho, pregando a situação que “vale tudo”. O ensino de gramática normativa tem que ser feito nos cursos integrados, porém não podemos colocá-la como sendo o núcleo mais importante e soberano nas aulas de Língua Portuguesa.

Bagno (2020) faz referências a várias frases que são tidas como verdades inquestionáveis no tocante a Língua Portuguesa, o autor vai desmistificando cada uma delas ao longo do livro e chega a classificá-las como mitos. Uma que me chamou bastante a atenção foi a frase: “é preciso saber gramática normativa para falar e escrever bem”.

Para comprovar a inveracidade dessa frase ele cita grandes escritores da literatura como Rubens Braga, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, os quais em vida deixaram textos fazendo referência a falta de conhecimentos deles com as regras gramaticais, Drummond, por exemplo, tem um poema muito conhecido chamado Aula de Português, no qual o autor se sente um ignorante no tocante às regras gramaticais, ou seja, não são regras insignificantes e complexa como a tal da análise sintática que vai fazer o aluno

escrever bem ou decorar aquelas listas enormes de casos que se usa a crase e os casos que não se usa, que vai ajudar o aluno a produzir bons textos.

Já há inúmeros estudos consolidados que mostram que a escrita só se melhora com atividades de leituras bem-organizadas e com práticas de escrita constante em sala de aula.

3.3 REFERENCIAL LEGAL

A Sociolinguística ganha bastante destaque, juntamente com o esforço de inúmeros pesquisadores, os quais começam a questionar, por exemplo, o excesso de ensino de gramática na escola, com regras obsoletas e fora da realidade do estado em que nossa língua se encontra, conseqüentemente é observado um baixo rendimento dos alunos em leitura e escrita ao concluírem o ensino médio. Tais estudos promovem a inclusão nos documentos oficiais de pressupostos defendidos pela Sociolinguística Educacional.

Nesse sentido, iremos fazer uma breve reflexão sobre o que versa os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) e a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) sobre o ensino de Língua Portuguesa. O parâmetro curricular nacional (PCN) de primeira à quarta série em uns de seus tópicos versa que:

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geograficamente e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997, p. 26)

Fica latente, na citação acima, que o professor de Língua Portuguesa tem que trabalhar a disciplina mostrando aos alunos que o valor de uma variante ser considerada melhor do que a outra está carregada de valores sociais, preconceituosos e não de um valor linguístico, ou seja, ao considerar as variantes que não é a de prestígio social de forma errada e inferior, estamos promovendo mais um dos inúmeros preconceitos existentes em nossa sociedade, no caso, o preconceito linguístico.

Já os parâmetros curriculares nacionais (PCN) do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental trazem que o ensino de Língua Portuguesa deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos sabendo:

Ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
Refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua (BRASIL, 1998, p. 59)

Neste outro documento, há uma preocupação com a estigmatização linguística que pode ser provocada por uma prevalência excessiva de um ensino prescritivo, voltado mais para classificação de nomenclaturas presentes na gramática normativa, em detrimento de um ensino voltado para leitura e escrita. A variação linguística deve ser vista como fonte importante na construção da competência comunicativa do aluno.

Corroborando com os documentos citados acima vem a Base Nacional Curricular Comum (BNCC):

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2017, p. 81).

No tocante à recente BNCC, na citação acima, fica claro também a preocupação com uma abordagem mais macro (variação linguística) em detrimento de uma abordagem micro (gramática normativa).

O que chama muita atenção nos documentos é que desde os primeiros anos de escolarização, já trazem orientação sobre valorizar a variação linguística em sala de aula, combater o preconceito linguístico e a estigmatização. Porém, essas recomendações ficam mais na teoria do que na prática, os livros didáticos em geral fazem vista grossa para esses documentos, como relatado anteriormente, muitas das vezes livros com mais de 200 páginas trazem duas ou

no máximo três páginas sobre variação linguística, ou seja, de forma ainda muito tímida.

Vale ressaltar que mesmo a Sociolinguística sendo inserida tardiamente nos cursos de Letras Vernáculas nas universidades, não justifica o pouco trabalho em sala de aula por parte dos docentes com os pressupostos da Sociolinguística, pois já temos vários trabalhos de dissertações de mestrado e doutorado em vários repositórios espalhados nas várias instituições de ensino superior, e, vasta publicações de livros, como por exemplo, dos autores citados neste trabalho. Se porventura o professor formou há mais de quinze anos, onde eram pouquíssimos os cursos de letras que tinham a Sociolinguística na sua grade curricular, hoje ele tem total condição de fazer capacitações e adquirir material de ponta nessa área.

3.4 SEQUÊNCIA DIDÁTICA INTERATIVA COMO PRESSUPOSTO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA SOBRE O PRISMA DA SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL

Uma alternativa para confecção e aplicação dos pressupostos da Sociolinguística Educacional no conteúdo de variação linguística seria através da Sequência Didática Interativa (SDI). Oliveira (2019) traz uma abordagem moderna e prática em relação ao processo de desenvolvimento da sequência didática, a qual é norteada pelo que ela chama de Círculo Hermenêutico Dialético (CHD).

A autora define sequência didática como um procedimento simples que deve ter conjunto de atividades conectadas entre si, e que haja um planejamento para delimitação de cada etapa, já em relação aos conteúdos disciplinares que sejam trabalhados de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo de ensino-aprendizagem.

A autora apresenta como passos básicos da sequência didática em termos gerais:

Escolha do tema a ser trabalhado; questionamentos para problematização do assunto a ser trabalhado; planejamento dos conteúdos; objetivos a serem atingidos no processo de ensino aprendizagem; delimitação da sequência de atividades, levando-se em consideração a formação de grupos, material didático, cronograma, integração entre cada atividade e etapas, e avaliação dos resultados (OLIVEIRA, 2019, p.54).

Dado o exposto, percebe-se que uma sequência didática deve ser aplicada na perspectiva do ensino de conteúdos através de atividades que não podem ser aleatórias, ou seja, tem que ser sequenciadas, organizadas com objetivos definidos e claros tanto para os professores, como também, em relação aos alunos, com a intenção de melhorar a aprendizagem e proporcionar suporte no tocante a construção do conhecimento pelos alunos.

Pode servir para a reflexão sobre a própria prática docente através da observação dos alunos no processo de desenvolvimento, desempenho, criatividade e se os mesmos responderam as atividades de forma satisfatória, ora, em qualquer aula se os alunos alcançarem os objetivos propostos é um bom sinal de que a prática pedagógica do docente está no caminho certo.

Oliveira (2019) traz vários componentes que devem ser norteadores dentro do Círculo Hermenêutico Dialético (CHD), será utilizado nesse trabalho aqueles que consideramos mais significativos, como por exemplo, a Hermenêutica, a dialética e a relação dialógica nas aulas.

A Hermenêutica será tomada aqui como ciência da interpretação de forma questionadora e crítica dos textos trabalhados no produto educacional.

A dialética que tem como pressuposto que tudo se relaciona se transformar, nada é estático, esse fator tem estreita relação com a questão da variação linguística no tocante aos fatores externos que influencia nas transformações da língua como já citados ao longo deste trabalho. “É dentro dessa percepção que a SDI trabalha a realidade em toda sua diversidade, sem perder de vista as múltiplas características dos alunos ou atores sociais que estão envolvidos na pesquisa” (OLIVEIRA 2019, p. 67).

A dialogicidade é entendida como uma prática onde o aluno participa ativamente do processo de construção do aprendizado, com isso, há uma

abertura de espaço para que o aluno questione, faça contestação, construa juntamente com o professor seu conhecimento, nessa relação dialógica, o papel do professor em consonância com a teoria sociointeracionista de Vygotsky e de orientar e fornece uma base sólida para o aluno ser o protagonista da sua aprendizagem e do seu conhecimento.

A autora acrescenta ainda que é importante encaixar uma teoria da aprendizagem como norteadora da sequência didática, nesse sentido, aconselha o trabalho com Gerard Vergnaud (teoria dos campos conceituais), David Ausubel (teoria da aprendizagem significativa), Vygotsky (sociointeracionismo) e George Kelly (teoria dos construtos pessoais), ficando a critério do professor a escolha mais adequada para atender os objetivos da SDI.

O pressuposto teórico-metodológico da Sequência Didática Interativa, juntamente com a Sociolinguística Educacional podem, dentro dessa relação de língua e sociedade, contribuir muito no ensino de Língua Portuguesa, pois vai fazer o docente e os discentes refletirem na interferência causadas por fatores sociais, como identidade, raça, classe social nos discursos dos alunos, consequentemente contribuir com uma melhor motivação para o aprendizado, pois vão estudar a língua em todo o seu contexto social e real de uso.

4 CONCLUSÕES

A variação linguística tendo mais espaço nas aulas de Língua Portuguesa e amparada em pressupostos da Sociolinguística Educacional pode auxiliar no tocante a um ensino de língua mais plural, democrático e social, onde a carga linguística trazida pelos alunos seja valorizada e possa se transformar num material importante para um início de trabalho em Língua Portuguesa. Outra contribuição que esperamos com esse trabalho é proporcionar uma visão macro de língua, que não seja propagada como um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo rico e dinâmico.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56^o. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegamos na escola, e agora?** 1^o.ed. São Paulo: Parábola, 2019a.

BORTONI-RICARDO: **Manual de Sociolinguística**. 1^o. Ed. São Paulo: Contexto, 2019b.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Contribuição da Sociolinguística Educacional para o processo de ensino e aprendizagem da Linguagem**. Disponível em: <<http://www.stellabortoni.com.br/index.php/artigos/707-iotaibuicois-ia-soiolioguistiiaiiuiaiiioal-paaa-o-paoiisso-iosioo-i-apaiiizagim-ia-lioguagim>>. Acesso em 27 de julho de 2020.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna – a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa: ensino de primeira à quarta série. Brasília, DF:MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. **Língua Portuguesa: terceiros e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019a.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019b.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas. 2019.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. 2ª reimpressão Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.